

Educação ambiental na escola profes- sora Neilde Pimentel Santos itabaiana/se *Environmental education in Neilde Pimentel Santos itabaiana/se school*

Isabel Santana Santos e Maria Inêz Oliveira Araújo. Universidade Federal de Sergipe (Brasil).

Resumo

O presente artigo tem como finalidade apresentar parte de uma pesquisa “Mestrado em Educação”, e tem como objetivo apresentar um estudo sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas no Ensino Fundamental da EMNPS. A coleta de dados foi realizada mediante análise de documentos que tratam da inserção da EA no ensino fundamental e de questionário respondidos pelos professores com o intuito de analisar de que modo a infraestrutura oferecida pela instituição contribui para o desenvolvimento de uma proposta de EA. Com os resultados foi possível verificar que a abordagem dos temas sobre o ambiente acontece pontualmente, e a prática desenvolvida não aborda EA como uma real dimensão do processo educacional. Desse modo, sugere-se que a escola invista na formação continuada de seu corpo docente, especialmente, no que diz respeito à abordagem da temática ambiental.

Astract

This article aims to present part of a search for “Master of Education”, and aims to present a study on the teaching practices developed in Elementary Education from EMNPS. Data collection was conducted through analysis of documents dealing with the introduction of EE in elementary education and a questionnaire completed by teachers in order to analyze how the infrastructure offered by the institution contributes to the development of a draft EA. The results made it possible to verify that the approach of the topics on the environment happens occasionally, and the practice developed as EA does not address a real dimension of the educational process. Thus, it is suggested that the school invest in the continuing education of its faculty, especially with regard to environmental thematic approach.

Palavras chave

Educação Ambiental. Práticas Pedagógicas. Interdisciplinaridade

Key-words

Environmental Education. Pedagogical Practices. Interdisciplinarity

Introdução

As transformações sociais atribuem ao homem à aquisição de novas visões de cultura, sociedade e de educação e esta última vai à busca de novas formas de transformação da sociedade.

Na sociedade capitalista vigente, diante de conflitos socioculturais e crises entre sociedade e ambiente, a Educação Ambiental-EA surge como uma importante mediadora entre o campo educacional e o ambiental, num diálogo reflexivo que visa à construção e a transformação social, trazendo uma postura ética que possa gerar uma cidadania ampliada (CARVALHO, 2006).

As evidências da crise ambiental da atualidade fizeram emergir nos últimos trinta anos inúmeras preocupações com o futuro do planeta. O marco dessas inquietações foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano-CNUMA, realizada em Estocolmo em 1972, a partir da qual surgem as primeiras ideias acerca da EA, que se propõe a discutir o modelo de relação sociedade-natureza, tendo como finalidade avaliar as consequências da racionalidade socioeconômica, característica do modelo capitalista de produção e consumo (LEFF, 2001).

Embora a discussão sobre o campo ambiental na educação tenha iniciado nos

anos de 1970, no Brasil, foi a partir da década de 1980 que a EA começou a ganhar visibilidade, tendo em vista a abertura política e a ascensão dos movimentos sociais, os quais não só reforçaram o fortalecimento da sociedade civil, como também foram decisivos para a ampliação da esfera pública (CARVALHO, 2001).

Na década de 1990, a EA ganhou maior espaço nas discussões em diversos setores da sociedade, sobretudo nas instituições de ensino, em virtude da realização da II Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Rio-92. Segundo CARVALHO (2001:149), “essa Conferência produziu uma grande difusão da problemática ambiental, representando um divisor de águas para o posicionamento da sociedade civil ante as questões relativas ao meio ambiente”.

Diante da complexidade dos problemas ambientais e da necessidade de novas posturas frente a esses problemas, é preciso que seja definido como objetivo pedagógico uma educação voltada para o ambiente que implica numa profunda mudança de valores, uma nova visão de mundo, o que ultrapassa o estado conservacionista. Nesse sentido pensar numa proposta de formação de sujeitos capazes de compreender o mundo e agir nele de forma crítica é também pensar em possibilitar a esses sujeitos a construção da capacidade de ler e interpretar as relações,

os conflitos e os problemas presentes na sua realidade. Acredito que isso só é possível se for considerado o sujeito nessas relações.

Portanto, a escola é o local propício para contribuir na construção de novos conceitos e relações socioambientais. LEFF (2001) vê o desenvolvimento dessas novas perspectivas e práticas pedagógicas como um desafio educacional em busca de uma educação do futuro transformadora, integradora e interdisciplinar.

Uma educação que fundada nas características apontada por LEFF, não fica restrita a transmissão de conteúdos, como afirma FREIRE (1996), a educação deve ir além da transmissão dos conteúdos, proporcionando ao educando o desenvolvimento de sua criticidade, contribuindo para o surgimento de novos conceitos e valores voltados para a reconstrução da sociedade e do mundo, sendo necessária para isso, uma transformação das práticas pedagógicas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais-DCNs têm origem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN nº 9.394/96, que assinala ser incumbência da União *“estabelecer, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e os seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum”*.

De acordo com as DCNs (2012), em seu Art. 2º a Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

A presença do ambiental nas práticas pedagógicas

A presença da Educação Ambiental nas Práticas Pedagógicas é fruto de uma transição histórica, marcada mais por interesses políticos, econômicos, do que sociais e culturais. Nesse sentido, as DCNs (BRASIL, 2012) propõem na temática Meio Ambiente um alerta para a importância de se construir uma educação voltada para as mudanças de hábitos e costumes. Essas mudanças são necessárias para a constituição de uma nova sociedade, mais consciente das suas responsabilidades e para a conquista da qualidade de vida na sociedade contemporânea. Essa ideia, no que se referem ao tema MA, apresenta a preocupação de seus autores em construir uma perspectiva educativa que venha a contribuir com a transformação do comportamento da sociedade contemporânea em relação às questões ambientais.

De acordo com LIBÂNEO (2005), a disseminação e a internalização dos saberes e seus modos de ação são considerados como formas geradoras de conhecimentos. Tais conhecimentos devem passar por conceitos, habilidades, hábitos, atitudes, os quais resultam em uma pedagogia da aprendizagem que visa associar teoria e prática. Nesse sentido, a pedagogia é compreendida como o campo de conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação, isto é, do ato educativo, da prática educativa concreta que se realiza na sociedade como um dos ingredientes básicos da configuração da atividade humana.

Assim, a educação é o conjunto de ações, processos, influências, estruturas que intervém no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos, e nas suas relações ativas com o meio natural e social. *“É uma prática social que atua na configuração da existência humana individual e grupal para realizar nos sujeitos humanos as características de ser humano”* (LIBÂNEO, 2005:30).

Desse modo, as práticas pedagógicas deve buscar preencher as lacunas do conhecimento possibilitando ao educando a construção de conhecimentos significativos que partam de um princípio teórico e possam ser ilustrados a partir do seu cotidiano.

Neste sentido, entende-se por práticas pedagógicas, ações educativas ancoradas

por teoria e prática por meio do desenvolvimento e variação das fontes autênticas de saberes e a necessária harmonia entre o saber fazer e o saber ser pedagógico (FREIRE, 1996).

Corroborando com a ideia de FREIRE, VEIGA (1994:16) conceitua a prática pedagógica como:

Uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, e inserida no contexto da prática social. A prática pedagógica é uma dimensão da prática social que se pressupõe a relação teoria-prática, e é essencialmente nosso dever, como educadores, a busca de condições necessárias à sua realização.

Coadunando com o posicionamento de FREIRE (1996), o Professor 08 ao fazer sua descrição de como conduz a sua prática pedagógica, demonstra possibilitar o movimento de problematização e questionamento da realidade, inserindo a reflexão no cotidiano de seus alunos, mostrando que tanto no contexto que vivenciam como nas manifestações de outras culturas, é possível relacionar e interligar os diferentes saberes valorizando-os:

Trago questões problemáticas que existe dentro de nossa sociedade, de nossa cultura para discutir com meus alunos, no intuito de fazer com que eles percebam algumas relações preconceituosas, e dessa forma tentar desestabilizar através de uma formação

mais crítica. É dessa forma que trabalho minha prática em sala de aula, ou seja, através das aulas eles vão vivenciando a cultura e os problemas atuais.

Ao abordar as questões que envolvem a cultura, o professor colabora para o exercício da cidadania, ao estimular mudança de comportamento e proporcionar a construção de novos sistemas de valores que alicerçam novas condutas, evidenciando seu envolvimento com a valorização da diversidade cultural, essa forma de desenvolver a prática fica próximo do trabalho com a EA, visto que todo ambiente na concepção complexa a educação tem como prioridade a construção de valores e o respeito às diferenças. Suas ações devem estar integradas de acordo com as ideias educativas da escola, uma vez que surgem nesse contexto com o propósito de alcançar um objetivo pré-definido (FREIRE, 1996).

Esse objetivo deve permear o Projeto Político Pedagógico - PPP da escola que, conforme o documento pesquisado, o mesmo surge da necessidade de se delinear os objetivos e as ações pedagógicas e administrativas da escola, visando alcançar uma educação de qualidade em que o aluno é incentivado a construir seu próprio conhecimento, participando ativamente de todo o processo ensino-aprendizagem, além de estabelecer as metas e as estratégias de ação.

Entendemos então, que o PPP nesse contexto é um processo rico para todo o coletivo da instituição, pois, como diz Veiga (1995:12), *"ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível"*. Nessa perspectiva, o PPP vai além de um simples argumento de planos de ensino e de atividades diversas.

O professor, então deve ter em mente a necessidade de se colocar em uma postura norteadora do processo ensino-aprendizagem, levando em consideração que sua prática pedagógica em sala de aula tem papel de orientar o desenvolvimento social, cultural e intelectual de seu aluno. Conforme LUDKE e ANDRÉ (1986:18), *"[...] o conhecimento não é algo acabado, mas uma construção que se faz e se refaz constantemente [...]"*. Nesse sentido, é preciso buscar meios capazes de levar os educandos a refletir não só a respeito da necessidade de construção de conhecimento, mas de perceber-se como sujeito corresponsável do ambiente que estão inseridos, implantando assim nas suas práticas pedagógicas as questões ambientais. Coadunando com o posicionamento dos autores, o Professor 05 descreve: *"O professor deve procurar colocar os alunos em situações que sejam formadoras, como por exemplo, diante de uma agressão ambiental, apresentando os meios de compreensão do meio ambiente"*.

Segundo o professor, devemos oportunizar nossos alunos a conhecerem situações ambientais que oportunizem a reflexão em diferentes contextos da realidade. Percebe-se na proposta do professor que esta atividade sendo realizada possibilita a formação de um sujeito que é capaz de “ler” seu ambiente e interpretar as relações, os conflitos e os problemas.

Dessa forma, as práticas pedagógicas se constituem por ações, conhecimentos e valores pertencentes a um processo intencional e sistematizado, com finalidades educativas e formativas, que possibilitem a simultânea singularização, socialização e humanização dos sujeitos, envolvendo o complexo entre indivíduos e contextos (NAVARRO, 2008).

As propostas pedagógicas com inserção das questões ambientais devem ser coerentes com a proposta de EA. Assim, FREIRE (1996) evidencia que os professores ainda não conseguiram superar a dicotomia entre teoria e prática, em que o sujeito é visto como um objeto, simples receptor de conhecimento. Esse perfil não pressupõe uma prática pedagógica à luz da concepção de Paulo FREIRE, inovadora e voltada à formação do sujeito crítico.

O Professor 09 coaduna com FREIRE (1996) ao expressar seu entendimento e forma de como trabalhar sua prática pedagógica com a inserção da temática ambiental: “O professor deve levar em

consideração em sua prática pedagógica, com inserção da temática ambiental, a bagagem de conhecimento pré-existente do aluno que, por mais singela que pareça, pode compor elementos para configurar um processo pedagógico voltado para princípios geradores de uma maior criticidade”.

As práticas pedagógicas em EA visam o ensino e a aprendizagem com a inserção das questões ambientais, sendo considerada importante do ponto de vista de que a educação é permeada constantemente por processos de adaptação às novas realidades mundiais, as quais solicitam um comprometimento com o crescimento sustentável, visando muito mais que a preservação dos recursos naturais e a formação de valores (BERNA, 2004).

A abordagem das questões ambientais, na prática pedagógica, deve colaborar para o exercício da cidadania estimulando a mudança de comportamento, proporcionando a construção de novos sistemas de valores com relação aos seres vivos e ao ambiente que ocupam. Assim, a EA é um processo que internalizado, revela uma nova trilha, um diferente caminho para dar sentido aos ensinamentos das disciplinas curriculares.

O grande desafio gerado nas propostas que tendem trabalhar a EA de forma interdisciplinar, na prática pedagógica, está intimamente ligado ao corpo docente. Para

que se consiga sucesso nas práticas pedagógicas com a inserção das questões ambientais, é preciso adotar um novo modelo de educação, voltado para resultados capazes de proporcionar uma intervenção nas condições do mundo em que as pessoas habitam.

CARVALHO (2006) coloca que é necessária uma tomada de consciência sobre as ações que caracterizam a inserção das questões ambientais na escola, sendo importante que os professores reflitam sobre a inserção da EA no contexto escolar, abrindo um espaço para novas práticas pedagógicas capazes de auxiliá-los em sala de aula.

ARAÚJO e LIMA (2010:153) ressaltam que para a escola contribuir efetivamente na construção de um novo paradigma, “*deverá incentivar os professores dentro de uma visão crítica, para que os mesmos sejam capazes de formar cidadãos que ajam localmente e tenham consciência de que sua ação relaciona-se com o todo*”.

Entretanto, o relato a seguir possibilita reconhecer que a questão não é tranquila, tendo em vista que a prática docente não assimilou esse paradigma, essa perspectiva não fundamenta a prática do Professor 04, pois ancora numa concepção que vincula a EA à transmissão de conhecimentos.

Acredito que a EA se afina mais com a disciplina Ciências e Geografia, pois o

professor trabalha vários assuntos que estão voltados para o MA, mas isso não impede trabalhar nas outras disciplinas, apesar de achar um pouco difícil [...]. Sou professora de Matemática e sinto muita dificuldade de trabalhar essa temática. Para que isso aconteça é preciso elaborar projeto que envolva todos os professores e em especial o de Ciência, assim ele ficaria com a parte do Meio Ambiente e eu com a parte estatística [...].

Pelo seu depoimento a EA não é vivenciada em sua prática quando vincula a disciplina ciências e mesmo quando sugere que poderia fazer um trabalho conjunto, fica claro que a ênfase dada a sua disciplina seria balizada por um viés conservador. Importante destacar que por trás dessa opção de não trabalhar a EA e deixar a cargo do professor de ciências, pode estar também uma justificativa que esconde as próprias limitações do professor com relação às questões.

Nesse sentido, vale destacar para o fato de que a EA estando ligadas a aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos não pode ser vista em um contexto fragmentado como aportado pelo P4, pois, conforme REIGOTA (2009:61) a EA não se baseia apenas na transmissão de conteúdos específicos, já que não existe um conteúdo único, mas vários, dependendo das faixas etárias a que destina e dos contextos educativos em que se processam as atividades.

O Professor 01 ao relatar sua compreensão do MA declara: *“É a área sobre a qual exercemos nossas atividades diárias; é tudo que nos cerca; é o meio que em que vivemos; que sofre transformação e está diretamente ligado à natureza; é o conjunto de todos os seres vivos; é seu hábitat; é tudo que está ao nosso redor”*.

Nesse sentido, podemos constatar na resposta do professor, uma clara visão naturalista, onde o MA é entendido como sinônimo de natureza, com destaque para o lugar onde os seres vivos habitam. Essas percepções demonstram uma compreensão muito simples e limitada do que é o meio ambiente e da complexidade das interações entre os elementos que o compõem.

Cabe aqui ressaltar que o tema MA ainda é visto pelos professores como um conteúdo que deve ser trabalhado em disciplinas específicas como Ciências e Geografia, por exemplo, como foi afirmado anteriormente. Essa posição vai à contramão ao que as DCNs indicam em relação à importância das questões transversais no ensino:

Mais recentemente, algumas propostas indicaram a necessidade do tratamento transversal de temáticas sociais na escola, como forma de contemplá-las na sua complexidade, sem restringi-las à abordagem de uma única área. [...] na proposta transversal educacional das Diretrizes Curriculares Nacionais como Temas Transversais.(BRASIL, 2012).

Assim, não há uma compreensão do tema como uma das dimensões do processo educativo, que, como tal, deve ser integrado ao currículo, ainda que de forma transversal, e tratado em todas as áreas do conhecimento, de forma a proporcionar uma compreensão mais ampla dos problemas. Quando questionados sobre a utilização das DCNs que tratam do tema MA no cotidiano de suas aulas, apenas, Professor 03, Professor 06, Professor 11 apresentaram respostas afirmativas, justificando que: *“[...] a metodologia que adotamos no maior número de vezes é aula expositiva sobre artigos de revista, internet. Às vezes, a prática pedagógica se resume a debates. Sempre discuto os temas transversais inclusive sobre o MA, quando surge a necessidade em sala. O aluno determina o tema do debate”*.

Percebe-se que, embora a maioria dos professores tenha afirmado anteriormente que trabalham o tema ambiental em suas aulas e que, em geral não tem a compreensão do que sejam os temas transversais, apenas três demonstram utilizar as recomendações das DCNs para desenvolver seu trabalho de EA na escola. Tendo em vista a função do professor e a discussão que estabelece com seus alunos sobre os temas transversais, as DCNs (2012) recomendam que a escola, ao trabalhar com o tema MA, deve buscar novos conhecimentos teóricos e metodológicos, que possibilitem aos alunos entenderem e darem significado ao que aprenderam,

de forma a utilizarem esse conhecimento para compreenderem e atuarem sobre a sua própria realidade.

A transversalidade proposta como um princípio inovador nas DCNs busca superar o conceito de disciplina, de conhecimento compartimentado e passa a tratar de temas como o MA nas diversas áreas do conhecimento, inserindo-o no cotidiano dos alunos, promovendo um enfoque interdisciplinar que privilegie a construção do saber em um contexto socioambiental. Quanto aos motivos que poderiam dificultar ou impedir o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar em torno do tema MA, foram citados: falta de materiais e recursos financeiros; dificuldade de perceber este conhecimento inserido nas diversas áreas; falta de interesse e comodismo dos profissionais; dificuldade de planejamento coletivo entre outros.

Um aspecto significativo para a presença da Educação Ambiental nas escolas está ligado a sua inserção nas disciplinas. Conforme a análise dos planos de aula, todos os professores abordam as questões ambientais em sala de aula. Os temas mais destacados nos planos são os relacionados a água, energia, preservação da natureza, lixo, poluição, entre outros. As atividades mais desenvolvidas segundo o registro dos professores em sala de aula são as aulas expositivas, debate, construção e manutenção de horta, coleta seletiva, trabalhos com materiais recicláveis,

desenhos, música, ações pontuais para limpeza do ambiente escolar, vídeo entre outros.

Estas práticas, tomadas de forma isolada, são indicadores de uma concepção de Educação Ambiental tradicional. Em sua maioria, os professores optam por trabalhar com EA através da discussão de textos, na medida em que o conteúdo permite ao professor. Fica bem claro nos planos que o professor na sua prática pedagógica, costuma inserir as questões ambientais, embora esta inserção não garanta nenhuma perspectiva crítica para o tratamento da mesma. Assim, ao relacionar a EA, conforme CARVALHO, (2006), às mudanças de comportamento no ambiente, a simples inserção das “notícias” ambientais em sala de aula pode ser vista como uma *“orientação para um comportamento correto no cotidiano”*. Estas percepções são bem claras e expressas no plano de aula dos professores.

Na análise dos planos, verificou-se que alguns professores registram somente os tópicos principais das disciplinas a serem trabalhadas no dia letivo. No universo de quinze (15) professores, apenas oito (08) professores detalha sua prática no plano de aula, proporcionando clareza dos objetivos propostos para o desenvolvimento do conteúdo, bem como o que seria abordado em cada tema, de que maneira e qual a fonte. Não foi possível verificar a presença da temática ambiental como um

dos objetivos a serem alcançados no desenvolvimento das atividades propostas.

Planejar ações, que vão desembocar na prática do professor, pode contribuir para levar o aluno à compreensão da realidade que vive. Na tentativa de aprofundar sobre o conceito de planejar na escola, encontra-se que o planejamento é *“um conjunto de ações coordenadas visando atingir os resultados previstos de forma mais eficiente e econômica”* (LUCKESI, 1992, p. 121). Nessa visão, a aula deve ser concebida como um momento curricular importante, em que o educador faz a mediação competente e crítica entre os alunos e os conteúdos do ensino, sempre procurando direcionar a ação docente para a aprendizagem do aluno.

Diante da análise aqui realizada, percebeu-se que as práticas pedagógicas em EA pouco tem evoluído como postuladas nos documentos oficiais, estando esse fato associado às questões culturais, os valores e as crenças constituídos, bem como a estrutura curricular e a própria formação compartimentada do educador.

Considerações

As questões relacionadas ao Meio Ambiente há muito tempo têm preocupado a humanidade. Da conservação do MA ocorrida na era primitiva às preocupações

de um homem moderno buscando soluções na tentativa de minimizar os problemas que ele mesmo tem causado.

Assim, considerando o sistema atual de ensino e o paradigma pelo qual os professores foram formados, é de se esperar que algumas dificuldades possam aparecer na implementação da referida educação no ensino formal, apesar de alguns avanços que vêm sendo evidenciados.

Nesse sentido, esta pesquisa foi instigada pelo seguinte objetivo: Apresentar um estudo sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas no Ensino Fundamental da EMNPS, o que nos possibilitou trazer à luz um conhecimento de uma realidade temporal e contextual particular, que, nos impele a ressaltar que os dados discutidos neste trabalho não são representativos de uma situação mais ampla das concepções de EA de todos os professores que ministram aulas no Ensino Fundamental da EMNPS, contudo, são significativos por revelarem aspectos que podem ajudar a elucidar caminhos para futuras reflexões, abrindo-se, inclusive, para novos estudos neste e em outros contextos educativos.

Na pesquisa realizada, foi possível identificar, a partir do relato dos sujeitos três tendências de Meio Ambiente: naturalista, antropocêntrica e complexa e três tendências de Educação Ambiental: preservacionista, conservacionista e crítica.

Para tanto, a educação necessita ser entendida como um processo permanente de mudança, aprendizagem, ressignificações de conceitos, valores e atitudes, de acordo com que os escritos de FREIRE (1996) postulam, isto é, a educação deve ser utilizada como dinamizadora de um processo de mudança, por meio de um método ativo, dialógico e participativo.

Desse modo, a escola deve ser desafiada a mudar a lógica da construção do conhecimento, pois a aprendizagem ocupa toda a vida dos sujeitos e possibilita conferir sentido à cultura cooperativa, cuja interdependência é o cerne das relações sociais estabelecidas, uma vez que há um tempo que a escola deixou de ser somente o lugar onde se aprendia a ler e escrever.

O entendimento dos sujeitos da pesquisa sobre a inserção da EA pelo PPP evidenciou que é necessário se afinarem discussões que clareiem o que é o PPP e seu sentido, pois, ficou visível que a falta desse conhecimento mais aprofundado, pela maioria dos professores, interferiu no seu entendimento da inserção da EA pelo documento, pois, verificou-se confusão conceitual com o Plano de Ensino.

Nessa perspectiva, refletindo sobre a inserção das questões ambientais na escola em todas as disciplinas e prioritariamente de forma interdisciplinar, é preciso questionar sobre como fazer desta temática um espaço de criação e construção de novas

vivências significativas, geradoras de novos saberes.

De uma maneira geral, pode-se dizer que existe uma preocupação por parte dos professores entrevistados em desenvolver atividades a serem trabalhadas durante todo o ano letivo, contudo, muitos deles não conseguem relacionar a EA aos conteúdos curriculares.

Assim, espero que a pesquisa possa contribuir, não somente no meio acadêmico, mas principalmente no lócus das escolas, das discussões e reflexões que possam conduzir à implementação e/ou otimização de ações na busca de um mundo sócio e ambientalmente sustentável.

Referências bibliográficas

- AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. São Paulo, Senado Federal, Brasília, 1997.
- ARAÚJO, M.I.; LIMA, G.C. Educação Ambiental Formal: I Encontro Sergipano de Educação Ambiental. In: ARAÚJO, Maria Inês Oliveira; SOARES, Maria José Nascimento (Orgs.). EDUCAÇÃO AMBIENTAL – o construto de práticas pedagógicas consolidadas na pesquisa de professores em escolas públicas. Aracaju: Criação, 2010.
- BERNA, Vilmar. Como Fazer Educação Ambiental. 2. Ed. São Paulo: Paulus, 2004. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – Brasília: Senado, outubro de 1988, 168p.
- BRASIL. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de abril, 1999.

- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/ 96. Brasília: Imprensa Nacional, 1996.
- BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. DOU nº 116, Seção 1, págs. 70-71 de 18/06/2012.
- CARVALHO, Izabel Cristina de Moura. A Invenção Ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.
- CARVALHO, Izabel Cristina de Moura. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2006.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 27. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- LEFF, Henrique. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Tradução de Lúcia M. E. Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA J. F.; TOSCHI M. S.; Educação escolar: políticas estrutura e organização. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação).
- LUCKESI, C. C. Planejamento e Avaliação Escolar: articulação e necessária determinação ideológica. IN: O diretor articulador do projeto da escola. Borges, Silva Abel. São Paulo, 1992. FDE. Diretoria Técnica. Série Ideais nº 15.
- LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Pedagógica Universitária, 1986.
- NAVARRO, Antonio Reinaldo. Intervenções na prática de docentes do ensino superior: percepção dos formadores sobre os saberes docentes. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Santos. 2008.
- REIGOTA, M. O que é Educação Ambiental. 2ª ed.; São Paulo: Ed. Brasiliense. 2009.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A Prática Pedagógica do Professor de Didática. 3. Ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas – SP: Papirus, 1995.